

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/08/2015 - Edição 1332

Confederações discutem unicidade sindical na reunião do FST



Ação favorável do TST contra a criação de outra confederação foi explanada durante a reunião.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realizou nesta quarta-feira (12), na sede da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), em Brasília, reunião ordinária mensal para discutir pauta de interesse da classe trabalhadora, com foco na defesa da unicidade sindical.

A reunião contou com a presença

do advogado da CNPL, Emerson Santos, que explanou aos presentes sobre a decisão favorável do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em ação movida pela CNPL contra a criação de outra confederação. A instância maior da Justiça do Trabalho reafirmou o princípio do art. 8º, inciso II, que dispõe: “é vedada a criação de mais de uma

organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Com base nisso, sindicatos, federações e confederações não podem ser

criados em discordância com a Constituição Federal.

A decisão, segundo o presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt, servirá como parâmetro para quando ocorrem julgamentos de causas envolvendo a questão da unicidade sindical. “Para nós, da CNPL, a decisão do TST reafirma a consolidação das boas práticas sindicais, aquelas que trazem em seu bojo a força da união de classe, de uma representação laboral digna, engajada e transparente, reforçando em todos os aspectos a liberdade sindical traduzida na luta por mais conquistas e direitos para os trabalhadores”, registrou em nota.

O dirigente da CNTA Afins, Artur Bueno de Camargo, da CONTRICOM, Mazinho, o secretário-geral da CNTI, Aprígio Guimarães, e o representante da CNTV, Moisés Alves, relataram casos idênticos em suas confederações. Para Bueno, atitudes contra a unicidade, promovidas pelo Ministério do Trabalho e emprego (MTE), devem ser punidas de forma concreta. Também representou a CNTV o secretário Geral da entidade, Cláudio José.

“Temos que nos posicionar e resistir. Existe uma conjuntura política que está aí, e quer aplicar a pluralidade sindical. Precisamos fazer um requerimento para que o Ministério Público do Trabalho (MPT) tome providências sobre as deliberações dos gestores do MTE no que se refere à unicidade sindical. Além de disso, precisamos organizar um manifesto na porta do Ministério. Precisamos de ações mais consistentes. Devemos ficar de olho nas ações políticas, já são mais de 400 mil desempregados na alimentação”, enfatizou Bueno.

Lourenço Ferreira do Prado, coordenador nacional do FST, alertou aos companheiros para que não tenham confiança no MTE. “É

desprezível a postura do MTE, que tenta por todos os meios destruir a estrutura sindical brasileira ferindo a Constituição da República do Brasil. Louvamos a conquista da CNPL no TST, e esperamos ter a mesma resposta em relação à CONTEC. Contra esses atos dolosos e nefastos, só nos resta o judiciário”, disse Prado, que também é presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

Projetos de Lei

Ainda foram discutidos o andamento das PECs 369/2005 e 314/2004, que possuem pretensão de promover uma ampla reforma na legislação sindical. As propostas alteram os artigos 8º, 11 e 37 da Constituição Federal e instituem a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva

para os servidores da Administração Pública. São relatores: 314 – Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), e 369 – Deputado Moreira Mendes (PPS-RO).

Análise de conjuntura e campanhas salariais

Lourenço do Prado fez uma breve análise da conjuntura econômica e das campanhas salariais de 2015. “As campanhas salariais serão duras. E conto com apoio de todos, de acordo com a data-base de cada categoria, vamos fortalecer o movimento por melhores condições para os trabalhadores”, enfatizou.

Ainda compareceram à reunião, o Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), e representantes das seguintes confederações: CNTTT, CONTTMAF, CNTEEC, CSPB, COBAP e CONATEC.

Fonte: FST

**PARALISAÇÃO JÁ!
EM DEFESA DO
NOSSO EMPREGO**

**GOVERNADOR JOSÉ MELO,
PROMETER E NÃO CUMPRIR É
PIOR DO QUE MENTIR.**

Para se eleger, o governador José Melo prometeu não só manter os vigilantes nos prédios do governo mas também contratar mais trabalhadores para as escolas. Agora faz tudo ao contrário. Mesmo com o apelo do sindicato, ele fez a licitação e vai substituir os vigilantes pelos agentes de portaria.

**VAMOS PARAR TUDO!!
É DIA 14 DE AGOSTO, ÀS 6 HORAS
NA PRAÇA DA POLÍCIA - CENTRO.
A HORA É AGORA.
VENHA DEFENDER SEU EMPREGO!**

A DIREÇÃO

Polícia crê que carro-forte era monitorado por criminosos no ES

Veículo realizava a mesma rota diariamente, pelo extremo Norte do estado. Delegado analisa hipótese do crime ter ligação com casos registrado em SP.



Carro foi encontrado abandonado em plantação de eucalipto (Foto: Divulgação/ Polícia Militar/ PRF)

O delegado responsável pelas investigações do carro-forte interceptado por criminosos na noite de segunda-feira (10), no Norte do Espírito Santo, acredita que os criminosos já monitoravam o veículo, que fazia a mesma rota diariamente. O carro transportava cerca de R\$ 400 mil. O delegado Fabrício Lucindo disse que nada foi levado, porque os suspeitos não conseguiram abrir o cofre.

O crime aconteceu na BR-101, próximo à Reserva de Sooretama. Os assaltantes, que estavam armados com fuzil, efetuaram disparos e detonaram bombas contra o carro-forte, mas nada foi roubado. Os

funcionários que estavam no veículo conseguiram fugir.

Lucindo informou que a rota diária era realizada por Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus, onde o veículo recolhia dinheiro das agências. Depois, seguia para Linhares. “Me informaram que o horário variava em 30 ou 40 minutos, em caso de atraso. O crime foi muito bem arquitetado. Eles tentaram de todas as formas eliminar as chances da ação dar errado”, disse o delegado.

Ele ainda acredita que o crime possa ter ligação com um caso registrado em São Paulo, também neste mês, quando criminosos

armados assaltaram um carro-forte na rodovia SP-338, que liga Mococa (SP) a Cajuru. Na ocasião, houve troca de tiros e um dos seguranças do veículo morreu.

“Em outros locais do Brasil também aconteceram roubos da mesma forma, com o mesmo modus operandi, com o mesmo tipo de carro, com o mesmo tipo de arma. Achamos que pode haver uma conexão entre os casos. Vamos entrar em contato com a Polícia Civil de São Paulo para ter mais informações sobre o que está havendo lá”, explicou Lucindo.

Nesta terça-feira (11), a empresa Brinks havia informado que o veículo não transportava valores. Mas, na manhã desta quarta-feira (12), corrigiu a informação e confirmou que havia R\$ 400 mil no carro-forte.

Bomba industrializada era

A PRF informou que uma das bombas lançadas contra o veículo não foi detonada e uma equipe do Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar de Vitória foi acionada para retirar o explosivo do local.

Nesta terça-feira (11), a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sesp), disse que a bomba que não explodiu era industrializada. O material foi recolhido e transportado para o Batalhão de Missões Especiais, em Vitória.

Fonte: G1

Juiz suspende pregão de R\$ 83 milhões do governo do Estado de MT para contratar segurança armada



Márcio Guedes atendeu a pedido do sindicato das empresas de segurança, que apontou falha

Está suspenso um pregão de R\$ 83 milhões lançado pela Secretaria Estadual de Gestão para registro de preços e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada para atender aos órgãos e entidades do poder Executivo Estadual. A decisão liminar foi dada pelo juiz Márcio Aparecido Guedes, a pedido do Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores de Mato Grosso (Sindesp) que apontou uma série de irregularidades no pregão realizado no dia 30 de julho. O resultado ainda não foi homologado e dessa forma todas as fases do certame ficam suspensas.

O presidente do Sindesp, Ângelo Roberto Jacomini relatou ao Gazeta Digital que ao participar do certame constatou que o pregoeiro não estava muito preparado para um pregão de tal essa envergadura. “Pra começar, antes do pregão ele falou com um dos licitantes. A lei não permite isso”, diz o sindicalista explicando que fez diversas perguntas durante o pregão por constatar divergências entre o que constava no edital e a atuação do

pregoeiro, mas os questionamentos não foram respondidos.

“No edital dizia que seriam valores globais, mas quando ele abriu os envelopes habilitou valores unitários. Várias vezes perguntamos para sanar as divergências, solicitamos informações e ele não se manifestou. Simplesmente tocou adiante. Abriu, encerrou e deu ganho de causa a outras empresas”, destaca Jacomini elencando ainda que o pregoeiro tinha lotes por cidades quando deveriam ser por secretarias. “Dividiu o Estado em 4. Mas tem cidades como Leverger que o ISS é 2% enquanto Cuiabá é 5%. Como que vou ganhar uma licitação assim? A planilha não fecha”, explica. Dessa forma, segundo ele, o sindicato achou prudente ingressar com o mandado de segurança.

No mandado de segurança, o Sindesp alegou que houve “falta de transparência e parcialidade” no pregão. Entre as justificativas, afirmou que “o edital não possui as informações imprescindíveis para a apresentação da planilha de preços, o que inviabiliza a apresentação da proposta. Assim, solicitou esclarecimentos editalícios

na data e forma previstas em lei e no Edital. Porém, até esta data, seu requerimento não foi respondido”.

Parte das dúvidas foram levantadas antes da data marcada para o certame, mas não foram respondidas. Assim, o sindicato acionou a Justiça no dia 29 de julho, dia anterior ao pregão. A liminar foi concedida no dia 6 deste mês.

Em sua decisão, o juiz Márcio Guedes relata que várias empresas participantes do certame, no prazo legal, apresentaram pedidos de esclarecimentos sobre a especificidade do objeto do pregão, porém, as respostas foram disponibilizadas após às 20h do dia 29 de julho, ou seja, na noite anterior à abertura do pregão. “O envio das respostas se deu após o horário comercial, há pouco mais de 12 (doze) horas do início do Pregão, o que dificultou diversas empresas a terem acesso às informações questionadas em tempo hábil”, destaca o magistrado.

Guedes explica ainda que o edital, no item 9.3, prevê que a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes deve ocorrer exclusivamente mediante troca de mensagens, no próprio sistema, o que comprovadamente não foi respeitado. “Infelizmente, este fato pode revelar parcialidade na licitação, pois na fase de abertura do pregão e apresentação das planilhas de custos e formação de preços, para garantir a lisura do certame, não se deve identificar os licitantes”.

Outro lado - O governo do Estado por meio da Coordenadoria de Licitações, Superintendência de Aquisições e Secretaria-Adjunta da Pasta de gestão terão prazo de 10 dias, após notificação, para prestarem as informações necessárias no processo. Após isso, o Ministério Público terá o mesmo prazo para emitir parecer.

Fonte: A Gazeta

Marcha das Margaridas critica pautas do Congresso Nacional

“Não admitiremos nenhum retrocesso”, diz Carmen Foro



Sessão solene em homenagem a Marcha das Margaridas

“Não estou acostumada falar aqui [no plenário], mas quando avançarmos na reforma política iremos acostumar com este espaço”, disse emocionada a vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carmen Foro, na sessão solene no Senado, em homenagem a Marcha das Margaridas 2015, nesta quarta-feira (12).

Proposta pelo deputado Odorico Monteiro (PT-CE), a sessão foi presidida pela senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, para quem a luta das mulheres rurais é também uma luta de todas as mulheres brasileiras por uma sociedade mais justa e mais igual.

A senadora lembrou a origem do movimento, surgido após o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, que completa 32 anos nesta quarta (12). “A partir de um momento de muita dor, que foi a morte de Margarida, tiveram a coragem, a ousadia e a força de se levantar e promover grandes movimentos contra a

violência, a favor da democracia, a favor da igualdade”, destaca a senadora.

Com o eleitorado feminino de 52%, só 9% de mulheres são representadas no Congresso. Pela desigualdade, a 5ª Marcha das Margaridas, que luta por desenvolvimento sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade, também luta por mais espaços para as mulheres na política.

O movimento, considerado a maior mobilização da América Latina, contou com mais de 70 mil mulheres nas ruas da capital Federal dias nos 11 e 12 de Agosto em Brasília.

Carmen, que também é primeira vice-presidenta da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e coordenadora da Marcha, citou, em plenário, outros motivos políticos que levaram a Marcha à Brasília:

“As Margaridas rejeitam projetos que tramitam pelas duas casas

e que criminalizam o aborto e peçariza as relações do trabalho. Repudiam a transferência para petrolíferas internacionais os 30% das jazidas do pré-sal reservados para a Petrobrás e as manobras do Presidente da Câmara para aprovar o financiamento empresarial de campanha”, destaca Carmen.

“Somos contra o ajuste fiscal que prejudicam os trabalhadores, projetos que interferem na formação da família, renegando outras formas que não sejam de homem, mulher e filhos”, afirma ela.

“Hoje é o dia de maior importância da história, pois não queremos um país que retroceda e sim que avance nos direitos dos trabalhadores e na democracia. Não admitiremos retrocessos. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, finaliza a dirigente da CUT.

Também estiveram presentes deputadas, senadoras e senadores e representantes da sociedade civil.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF